



Relatório de Governança das Metas Nacionais do TRT-PR

Janeiro a Dezembro de 2021

Núcleo de Governança das Metas Nacionais
Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística



PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026	3
Faróis de Desempenho das Metas Nacionais	4
METAS JUDICIÁRIAS.....	5
Julgar mais processos que os distribuídos.....	6
Julgar processos mais antigos.....	7
Estimular a conciliação.....	8
Reduzir a Taxa de Congestionamento.....	9
Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica	10
METAS DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA	11
Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	12
Saúde de magistrados e servidores	13
OUTRAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS E DE GOVERNANÇA	14
Levantamento de Governança.....	15
Governança Pública.....	16
Governança de Pessoas	17
Governança de Tecnologia da Informação	18
Governança das Contratações	19
Ranking da Transparência do Poder Judiciário	20
Prêmio CNJ de Qualidade	21
Prestação de Contas e Relatório de Gestão.....	22
INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS	23
Painéis de BI	23
Contato	23
Apêndice I – Índice de Alcance das Metas.....	23
Apêndice II – Boletim da Estratégia (todas as metas)	23

Este relatório visa apresentar a situação do TRT-PR nas Metas Nacionais e demandas de Governança, Transparência, Qualidade e Prestação de Contas do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União. Determinados links de painéis, sistemas e iniciativas necessitam de acesso autorizado.

Curitiba, 25 de janeiro de 2022

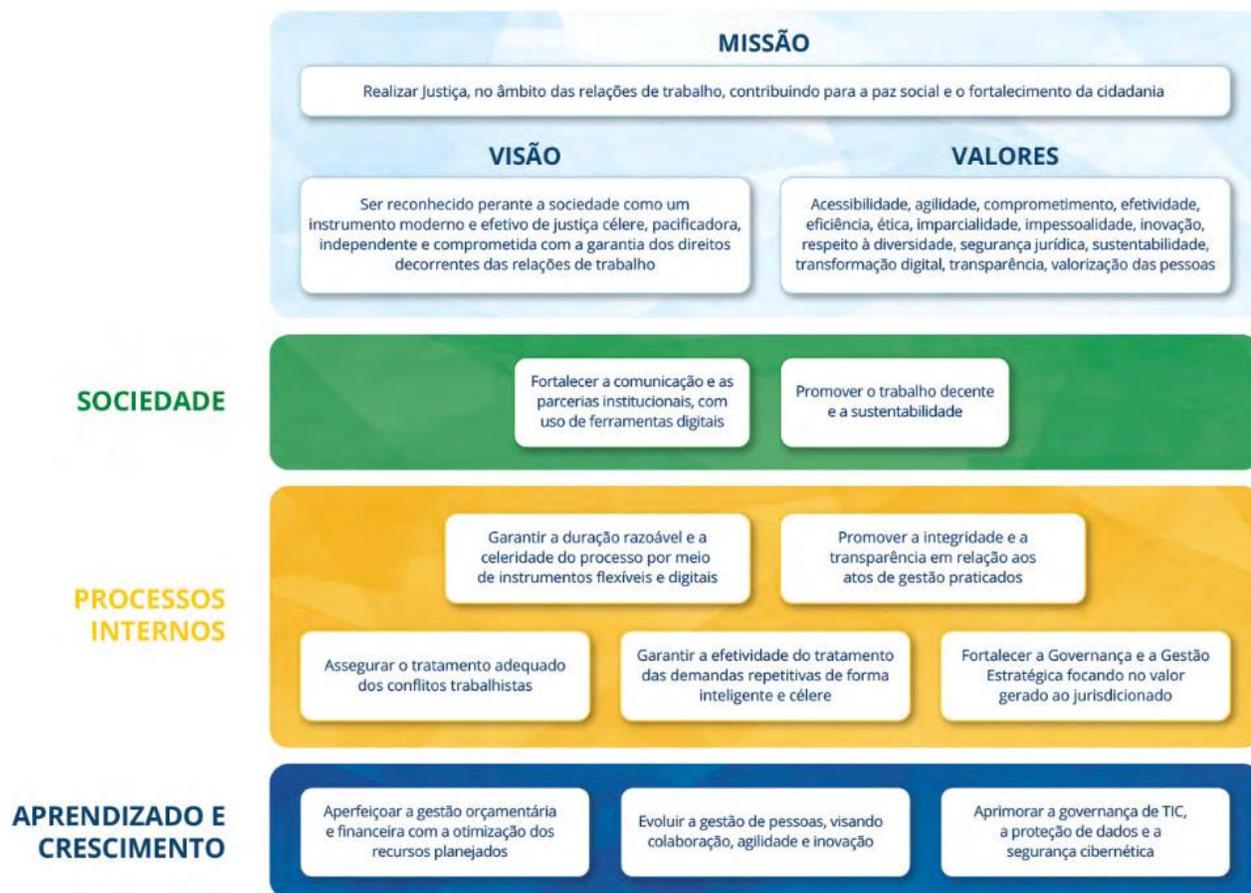
PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026

O [Plano Estratégico Institucional do TRT-PR](#) para os próximos seis anos, ciclo 2021-2026, teve sua elaboração coordenada pelo NGMN e foi aprovado pela [Resolução Administrativa do Tribunal Pleno 68/2021](#).

A Gestão Estratégica do TRT-PR segue as diretrizes da [Resolução CNJ 325/2020](#), tendo efeito de Política para o Tribunal. A Metodologia de Gestão Estratégica do TRT-PR segue o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, [Resolução CSJT 259/2020](#).

Para a construção do PEI 2021-2026, foram consideradas as orientações do CSJT denominadas Regras de Ouro para o Desdobramento da Estratégia 2021-2026, que podem ser consultadas no [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026](#).

MAPA ESTRATÉGICO



Faróis de Desempenho das Metas Nacionais

Para apresentar a situação atual do cumprimento das Metas Nacionais, visando o entendimento de uma forma mais didática, os status de cada Meta são apresentados por meio de faróis de desempenho.

Nos Relatórios **durante o exercício** são 3 os faróis:

Cumprida ✓

Representa que a Meta está completamente cumprida e que não são necessárias mais ações para o cumprimento, independentemente se o exercício ainda está em andamento.

Em Cumprimento (acima da meta) ⚠

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta é considerada cumprida, porém são necessárias ações para que o cumprimento seja mantido até o final do exercício.

Em cumprimento (abaixo da meta) ✗

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta não é considerada cumprida, porém há ações em andamento objetivando seu cumprimento até o final do exercício.

Já no Relatório de **fechamento do exercício** (ano completo) constarão apenas os 2 faróis:

Cumprida ✓

Não Cumprida ✗

METAS JUDICIÁRIAS

As Metas Judiciárias estabelecidas para 2021, visaram aferir o julgamento dos processos, a conciliação, a taxa de congestionamento e o percentual processos eletrônicos. **No ano de 2021 todas as Metas Nacionais foram cumpridas pelo TRT-PR!**

No 1º grau o acompanhamento das metas foi realizado pela **Corregedoria Regional** que por meio do [Selo de Excelência 2021](#) e de diversos Painéis proporcionaram às Varas do Trabalho o andamento das metas e quais processos as impactavam. As principais ferramentas utilizadas foram o [Painel Selo de Excelência 2021](#) e o [Painel Metas 2021](#).

No 2º grau este trabalho foi realizado pelo **Gestor de Metas do TRT-PR**, Desembargador Sergio Guimarães Sampaio, e mensalmente foram enviados ofícios a todos os Gabinetes de Desembargadores para que fosse possível a identificação dos processos e atributos das metas. Foram disponibilizadas também as ferramentas [Painel 2º Grau 2021 – Gabinetes e Turmas](#) e [Painel Metas 2021](#).

Para subsidiar este relatório, utilizou-se o demonstrativo mensal dos resultados das metas, elaborado pela **Divisão de Estatística e Análise de Dados da Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística**, além de serem inseridas estas informações nos Sistemas Nacionais (CNJ e CSJT).

Periodicamente a Corregedoria Regional e o Desembargador Gestor de Metas informam ao Núcleo de Governança das Metas Nacionais sobre iniciativas em andamento e a análise do cumprimento das metas, fornecendo informações além dos números de processos e percentuais de cumprimento. Além disso, são realizadas quadrimestralmente as **Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)** e do **Comitê de Estratégia e Gestão Participativa**, com a presença de magistrados, servidores e convidados externos.

Os Projetos e Ações em andamento podem ser visualizados no [Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#). Apresenta-se a seguir as Metas Judiciárias e respectivas situações de atendimento.

Julgar mais processos que os distribuídos

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Meta Nacional 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento for menor que 25%

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 111,33%

Status da meta: Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: no primeiro grau, um fator preponderante para a melhoria deste indicador no ano de 2021 foi o retorno da realização das audiências, seja no formato presencial, telepresencial ou semipresencial, o que possibilitou a produção das provas e julgamento dos processos, resultando em **111,41%**. No segundo grau observou-se quantitativo maior de processos julgados em relação aos recebidos, indicando conseqüente redução de acervo e resultando em **111,18%**. O resultado final de **111,33%** no Índice de Processos Julgados em 2021 foi consideravelmente maior que no ano de 2020 (95,06%).

Julgar processos mais antigos

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 93%

Resultado alcançado: 98,19%

Status da meta: Cumprida ✓

Análise do resultado alcançado no período: no início do ano de 2021 a meta estava sendo cumprida em apenas 70%, enquanto nos anos anteriores sempre este percentual foi superior à 90%. Por esta razão a Corregedoria Regional atuou junto ao 1º grau visando o julgamento dos processos antigos, chegando no mês de dezembro a **97,57%**. No segundo grau foi alcançado o valor de **99,45%**, indicando que a quase totalidade dos processos antigos foi julgada e excedendo o cumprimento da meta, nesta instância. O resultado final de **98,19%** no Índice de Processos Antigos em 2021 foi consideravelmente maior que no ano de 2020 (97,82%).

Estimular a conciliação

Objetivo Estratégico: Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Indicador: Índice de Conciliação (IC)

Meta Nacional 3: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual (cláusula de barreira de 40%)

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 40%

Resultado alcançado: 51,04%

Status da meta: Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: o TRT-PR tem obtido excelentes resultados na conciliação em decorrência da cultura conciliatória que envolve as partes e magistrados. O resultado final de **51,04%** no Índice de Conciliação em 2021 foi consideravelmente maior que no ano de 2020 (48,40%).

Reduzir a Taxa de Congestionamento

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL)

Meta Nacional 5: Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 100%

Status da meta: Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: a meta foi cumprida pelo critério da cláusula de barreira, uma vez que a taxa de congestionamento líquida da fase de conhecimento foi inferior a 40% (39,96%) e a da execução inferior a 65% (54,61%). Em que pese a taxa de congestionamento líquida da fase de conhecimento no 1º grau tenha sido 41,01%, considerando as duas instâncias, a meta foi cumprida.

Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica

Objetivo Estratégico: Aprimorar a Governança de TIC, a proteção de dados e a segurança cibernética

Indicador: Índice de Processos Judiciais Eletrônicos (IPJE)

Meta Nacional 11: Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total

Responsáveis: Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 100%

Status da meta: Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período e atividades em andamento: meta definitivamente atendida em 2021, pois desde março de 2020 todos os processos do TRT-PR tramitam exclusivamente no PJe, conforme informações da [Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho \(TST\)](#).

METAS DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Diferentemente das metas apresentadas até o momento, que são relacionadas exclusivamente ao julgamento de processos, as Metas de Sustentabilidade e Qualidade de Vida estabelecidas para 2021 impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal e sua imagem institucional.

Tais metas visam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e a qualidade de vida de magistrados e servidores e ambas foram gerenciadas pelo Núcleo de Governança das Metas Nacionais.

Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Meta Nacional 9: Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030

Responsável: Núcleo de Governança das Meta Nacionais (NGMN)

Desdobramento em 2021: Apoio do Programa Trabalho Seguro, conduzido pelas Gestoras Regionais, juíza Ana Paula Sefrin Saladini (Vara do Trabalho de Cambé) e juíza Sandra Mara Flügel Assad (12ª Vara do Trabalho de Curitiba); do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, conduzido pelas Gestoras Regionais, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão (Gabinete de Desembargador 9) e juíza Paula Regina Rodrigues Matheus (1ª Vara do Trabalho de Paranaguá), e; da Secretaria de Tecnologia da Informação

Aferição: Trimestral

Resultado esperado: Definição e execução do Plano de Ação

Resultado alcançado: 100%

Status da meta: Cumprida ✓

Análise do resultado alcançado no período: além da conclusão do Plano de Ação, o TRT-PR participou de um Projeto Piloto em conjunto com o CSJT, TRT-MG e TRT-SC visando a realização de um diagnóstico dos processos referentes ao Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil nos últimos 3 anos que servirá de modelo para a Justiça do Trabalho.

Informações adicionais:

[Relatório de Resultados do Plano de Ação do TRT-PR](#)

[Página do Programa Trabalho Seguro no site do TRT-PR](#)

[Página do Programa de Combate ao Trabalho Infantil no site do TRT-PR](#)

[Página da ONU sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Saúde de magistrados e servidores

Objetivo Estratégico: Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação

Indicador: Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores

Meta Nacional 10: Promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior

Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas

Aferição: Trimestral

Resultado esperado: Promover pelo menos uma ação

Resultado alcançado: 100%

Status da meta: Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: O Plano de Ação elaborado pela Seção Médico-Odontológica para o ano de 2021, contou com 19 ações, sendo que 2 delas foram concluídas, 8 foram suspensas em razão da adoção do trabalho remoto em decorrência da pandemia e 1 foi cancelada em razão da mudança de legislação. As demais foram ações contínuas, que se mantiveram em dia ao longo do ano.

Informações adicionais:

[Detalhamento das Ações de Saúde para 2021](#)

OUTRAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS E DE GOVERNANÇA

Além das Metas Nacionais, o Núcleo de Governança das Metas Nacionais, ao longo do ano de 2021, gerenciou diversos outros temas relacionados à Estratégia e à Governança do TRT-PR, temas estes demandados pelos Órgãos Superiores (CNJ e CSJT) e de Controle (TCU):

- Levantamento de Governança;
- Ranking da Transparência do Poder Judiciário;
- Prêmio CNJ de Qualidade;
- Prestação de Contas e Relatório de Gestão.

A principal ferramenta desenvolvida para este controle foi o painel [Gestão de Demandas Estratégicas](#), elaborado pelo NGMN e que permite o acompanhamento dos mais de 900 Itens de Controle que compõem os temas mencionados acima, bem como a identificação de responsáveis e análise perante outros Regionais.

Estes temas impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal, sua imagem institucional e a conformidade com as determinações dos órgãos superiores e de controle.

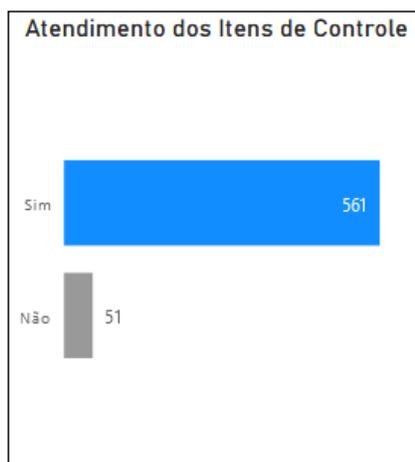
Levantamento de Governança

O Levantamento Integrado de Governança Organizacional é um questionário aplicado geralmente a cada 2 anos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em todos os órgãos da Administração Pública Federal. O questionário possui 612 Itens de Controle em temas como Liderança, Estratégia, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Contratações e Orçamento, que envolvem direta ou indiretamente todas as unidades do TRT-PR. Após respondido, o questionário resulta nos índices iGovPessoas, iGovTI, iGovPub e iGovContrat. Mais informações e resultados estão disponíveis na [página de Governança Pública Organizacional no site do TCU](#).

O último Levantamento de Governança foi realizado em 2021 e a evolução do TRT-PR em relação a penúltima aplicação e perante os 24 TRTs é apresentada abaixo.

Índice	2021	2018
Governança Pública (iGovPub)	1º	24º
Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI)	1º	21º
Governança de Pessoas (iGovPessoas)	3º	23º
Governança de Contratações (iGovContrat)	2º	19º

A situação atual do atendimento da demanda no TRT-PR é apresentada conforme abaixo.



Governança Pública

Indicador: iGovPub (trata sobre Liderança, Estratégia e Controle)

Aferição: questionário aplicado pelo TCU a cada 2 anos

Principal Unidade Responsável: Núcleo de Governança das Metas Nacionais (NGMN)

Demais Unidades Responsáveis: Secretaria de Tecnologia da Informação (STI); Ouvidoria; Diretoria-Geral (DG); Núcleo de Ética e Disciplina (NED); Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE); Auditoria Interna (AUDINT); Secretaria-Geral da Presidência (SGP); Assessoria de Comunicação (ASCOM); Corregedoria Regional; Secretaria de Contabilidade; Orçamento e Finanças (SECOF)

Total de Itens de Controle: 251

Itens de Controle atendidos: 231

Itens de Controle em atendimento: 20

Itens de Controle que não se aplicam ao TRT-PR: 1

Resultado alcançado: 87,7% (resultado do índice segundo a avaliação do TCU)

Atividades em andamento: a melhora dos resultados dos índices refletiu o comprometimento das unidades com a Governança e o tratamento das demandas dos órgãos superiores e de controle. As principais iniciativas criadas foram o Painel Demandas Estratégicas do TRT-PR, no qual o Núcleo de Governança das Metas Nacionais realizou o acompanhamento junto às unidades e servidores responsáveis pelos itens e a execução de três projetos para o aprimoramento dos índices iGovPub e iGovContrat, iGovPessoas e iGovTI.

Informações adicionais:

[Ação Institucional para a coordenação e diagnóstico do Levantamento de Governança](#)

Governança de Pessoas

Indicador: iGovPessoas

Aferição: questionário aplicado pelo TCU a cada 2 anos

Principal Unidade Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE)

Demais Unidades Responsáveis: Escola Judicial (EJ), Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA) e Setor de Sustentabilidade (SUST)

Total de Itens de Controle: 111

Itens de Controle atendidos: 90

Itens de Controle em atendimento: 21

Resultado alcançado: 76,5% (resultado do índice segundo a avaliação do TCU)

Atividades em andamento: a melhora dos resultados dos índices refletiu o comprometimento das unidades com a Governança e o tratamento das demandas dos órgãos superiores e de controle. As principais iniciativas criadas foram o Painel Demandas Estratégicas do TRT-PR, no qual o Núcleo de Governança das Metas Nacionais realizou o acompanhamento junto às unidades e servidores responsáveis pelos itens e a execução de três projetos para o aprimoramento dos índices iGovPub e iGovContrat, iGovPessoas e iGovTI.

Informações adicionais:

[Ação Institucional para o cumprimento do iGovPessoas](#)

Governança de Tecnologia da Informação

Indicador: iGovTI

Aferição: questionário aplicado pelo TCU a cada 2 anos

Principal Unidade Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)

Demais Unidades Responsáveis: não se aplica

Total de Itens de Controle: 129

Itens de Controle atendidos: 123

Itens de Controle em atendimento: 6

Resultado alcançado: 88,1% (resultado do índice segundo a avaliação do TCU)

Atividades em andamento: a melhora dos resultados dos índices refletiu o comprometimento das unidades com a Governança e o tratamento das demandas dos órgãos superiores e de controle. As principais iniciativas criadas foram o Painel Demandas Estratégicas do TRT-PR, no qual o Núcleo de Governança das Metas Nacionais realizou o acompanhamento junto às unidades e servidores responsáveis pelos itens e a execução de três projetos para o aprimoramento dos índices iGovPub e iGovContrat, iGovPessoas e iGovTI.

Informações adicionais:

[Ação Institucional para cumprimento do iGovTI](#)

Governança das Contratações

Indicador: iGovContrat (trata sobre Gestão de Contratações e Gestão Orçamentária)

Aferição: questionário aplicado pelo TCU a cada 2 anos

Principal Unidade Responsável: Núcleo de Governança Orçamentária (NGO)

Demais Unidades Responsáveis: Secretaria de Licitações e Contratos (SLC); Diretoria-Geral (DG); Ordenadoria da Despesa (ODESP); Secretaria de Contabilidade; Orçamento e Finanças (SECOF); Setor de Sustentabilidade (SUST)

Total de Itens de Controle: 121

Itens de Controle atendidos: 117

Itens de Controle em atendimento: 4

Resultado alcançado: 93,9% (resultado do índice segundo a avaliação do TCU)

Atividades em andamento: a melhora dos resultados dos índices refletiu o comprometimento das unidades com a Governança e o tratamento das demandas dos órgãos superiores e de controle. As principais iniciativas criadas foram o Painel Demandas Estratégicas do TRT-PR, no qual o Núcleo de Governança das Metas Nacionais realizou o acompanhamento junto às unidades e servidores responsáveis pelos itens e a execução de três projetos para o aprimoramento dos índices iGovPub e iGovContrat, iGovPessoas e iGovTI.

Informações adicionais:

[Ação Institucional para a coordenação e diagnóstico do Levantamento de Governança](#)

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário é avaliado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada. Em 2021, conforme [Portaria CNJ 101/2021](#), os itens sob avaliação estão distribuídos em nove temas: Identificação; Audiências e Sessões; Serviço de Informações ao Cidadão - SIC; Ouvidoria; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão Orçamentária; Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação; Gestão de Pessoas; Auditoria e Prestação de Contas, e; Sustentabilidade e Acessibilidade

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 83

Itens de Controle atendidos: 73

Itens de Controle em atendimento: 10

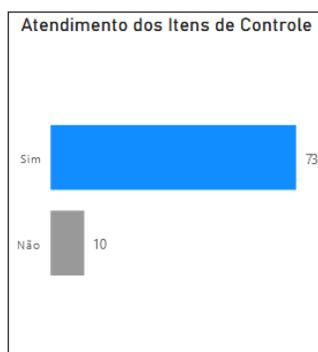
Resultado alcançado: 86,96%

Atividades em andamento: foi iniciada uma Ação Institucional para coordenação das diversas atividades e unidades responsáveis pelos Itens de Controle, visando aumentar a pontuação nos próximos anos.

Informações adicionais:

[Ação Institucional para Aprimorar a Pontuação do Ranking da Transparência 2021](#)

[Ação Institucional para Aprimorar a Pontuação do Ranking da Transparência 2022](#)



Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao Selo Justiça em Números, aferido desde 2013. A elaboração é realizada anualmente por determinação do CNJ e envolve todas as unidades do TRT-PR. Em 2021, conforme [Portaria CNJ 135/2021](#), os itens sob avaliação estão distribuídos em quatro temas: Governança, Produtividade, Transparência, e, Dados e Tecnologia

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

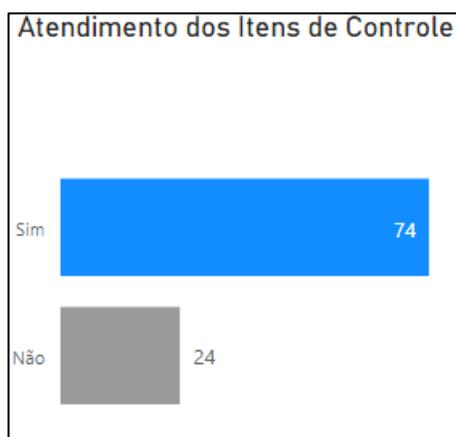
Total de Itens de Controle: 98

Itens de Controle atendidos: 74

Itens de Controle em atendimento: 24

Resultado alcançado: 76,40% - Premiação Prata

Atividades em andamento: foi iniciada uma Ação Institucional para coordenação das diversas atividades e unidades responsáveis pelos Itens de Controle, visando aumentar a pontuação nos próximos anos.



Prestação de Contas e Relatório de Gestão

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da [Instrução Normativa 84/2020](#), estabelece diretrizes para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal. Os itens sob avaliação estão distribuídos em diversos temas como: Relatório de Gestão; Gestão Estratégica; Supervisão, Controle e Correição; Auditoria; Estrutura Organizacional, Cargos e Contatos; Gestão Orçamentária e Financeira, e; Ouvidoria

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 114

Itens de Controle atendidos: 114

Itens de Controle em atendimento: 0

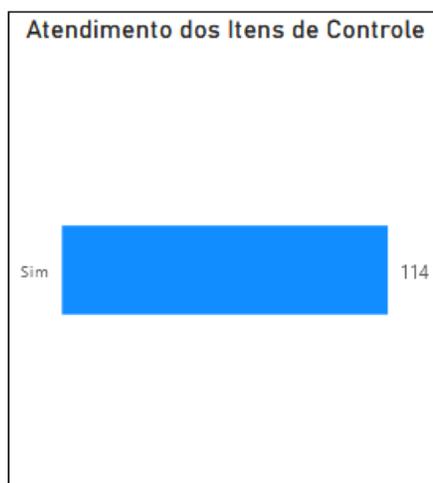
Resultado alcançado: não se aplica (necessária apenas a prestação de informações ao TCU)

Atividades em andamento: para aprimorar a coleta de informações das unidades está em elaboração uma Ação Institucional visando a Prestação de Contas 2021, incluindo a análise de capacitação sobre o tema.

Informações adicionais:

[Relatório de Gestão TRT-PR 2020](#)

[Página Prestação de Contas no Site Institucional do TRT-PR](#)



INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS

[Página da Gestão Estratégica e Governança no Site Institucional](#)

[Página Prestação de Contas no Site Institucional](#)

Painéis de BI

[Painel Metas 2021](#)

[Painel Selo de Excelência 2021](#)

[Painel 2º Grau - Gabinetes](#)

[Painel 2º Grau - Turmas](#)

[Painel Gestão de Demandas Estratégicas](#)

[Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#)

Painéis de BI citados ao longo deste relatório.

Contato

Luiz Henrique Tacconi – luiztacconi@trt9.jus.br

Núcleo de Governança das Metas Nacionais – NGMN

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística – SGE – sg@trt9.jus.br

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Curitiba/PR

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Apêndice II – Boletim da Estratégia (todas as metas)

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística - TRT-PR Índice de Alcance das Metas (IAM) - Janeiro a Dezembro de 2021

Indicador	Meta	Situação	Percentual de Cumprimento (PC)	Valor do Percentual de Cumprimento (VPC)	Peso da Meta	Total
Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento for menor que 25% (Meta Nacional 1)	Cumprida	111,33%	3	2	6
Índice de Processos Antigos (IPAJ)	Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus (Meta Nacional 2)	Cumprida	105,58%	3	2	6
Índice de Conciliação (IC)	Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira de 40% (Meta Nacional 3)	Cumprida	127,60%	3	2	6
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL)	Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65% (Meta Nacional 5)	Cumprida	100,00%	3	2	6
Índice de Processos Judiciais Eletrônicos (IPJE)	Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total (Meta Nacional 11)	Cumprida	100,00%	3	1	3
Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário	Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 (Meta Nacional 9)	Cumprida	100,00%	3	1	3
Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores	Promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior (Meta Nacional 10)	Cumprida	100,00%	3	1	3

Índice de Alcance das Metas (IAM)

33

Percentual de Cumprimento do IAM

100,00%

FÓRMULA DE CÁLCULO

Valor do Percentual de Cumprimento (VPC)

Se PC >= 100%, então VPC = 3

Se PC >= 90% e PC < 100%, então VPC = 2

Se PC >= 80% e PC < 90%, então VPC = 1

Se PC < 80%, então VPC = 0

Peso da Meta

Metas relacionadas ao macroprocesso finalístico, Peso=2

Metas relacionadas aos macroprocessos de apoio, Peso=1

O Índice de Alcance das Metas (IAM) representa a soma dos totais de todas as metas, tendo o valor máximo de 33 em 2021

Apêndice II – Boletim da Estratégia (todas as metas)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística – Núcleo de Governança das Metas Nacionais

INF SGE 003/2022

Curitiba, 17 de janeiro de 2022.

Assunto: Resultados do TRT-PR nas metas do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho no período de janeiro a dezembro de 2021

Considerando,

- A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 instituída pela [Resolução CNJ 325/2020](#);
- O Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus aprovado por meio da [Resolução CSJT 259/2020](#);
- As [Metas Nacionais 2021](#) aprovadas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- O Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026 aprovado por meio do [Ato CSJT 34/2021](#);
- O [Glossário dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026](#);
- O [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2021 versão 6](#);
- A ausência da publicação até a presente data do Glossário de Indicadores da Justiça do Trabalho 2021 pelo CSJT;
- O [Calendário para lançamento de dados no Sistema de Metas Nacionais 2021](#);
- O [Plano Estratégico Institucional do TRT-PR 2021-2026](#), aprovado por meio da [Resolução Administrativa Tribunal Pleno 068/2021](#);

Informa-se, na página a seguir, os resultados do TRT-PR nas metas do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho no período de janeiro a dezembro de 2021.

Luiz Henrique Tacconi

Chefe do Núcleo de Governança das Metas Nacionais

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística

Boletim da Estratégia - Janeiro a Dezembro de 2021
Metas Nacionais do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho
Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta	Resultado esperado	Grau	Resultado	Situação
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento for menor que 25% (Meta Nacional 1)	100%	1º Grau	111,41%	Cumprida
				2º Grau	111,18%	
				Tribunal	111,33%	
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Antigos (IPAJ)	Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus (Meta Nacional 2)	93%	1º Grau	97,57%	Cumprida
				2º Grau	99,45%	
				Tribunal	98,19%	
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de Conciliação (IC)	Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira de 40% (Meta Nacional 3)	40%	1º Grau	51,04%	Cumprida
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL)	Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65% (Meta Nacional 5)	100%	1º Grau	87,17%	Cumprida (cláusula de barreira)
				2º Grau	118,69%	
				Tribunal	100,00%	
Aprimorar a Governança de TIC, a proteção de dados e a segurança cibernética	Índice de Processos Judiciais Eletrônicos (IPJE)	Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total (Meta Nacional 11)	100%	1º Grau	100,00%	Cumprida
				2º Grau	100,00%	
				Tribunal	100,00%	
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário	Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 (Meta Nacional 9)	100%	Tribunal	100%	Cumprida
Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores	Promover pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior (Meta Nacional 10)	100%	Tribunal	100%	Cumprida

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística - Núcleo de Governança das Metas Nacionais

Atualizado em 12/01/2022 com base nas informações prestadas pela Divisão de Estatística e Análise de Dados - MEM SGE 003/2022